

XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

DIREITO DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO I

ANDRINE OLIVEIRA NUNES

EUDES VITOR BEZERRA

VANESSA ROCHA FERREIRA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito do trabalho e meio ambiente do trabalho I [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Andrine Oliveira Nunes; Eudes Vitor Bezerra; Vanessa Rocha Ferreira. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-853-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito do trabalho. 3. Meio ambiente do trabalho. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

DIREITO DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO I

Apresentação

O conjunto de pesquisas que são apresentadas neste livro faz parte do Grupo de Trabalho de “DIREITO DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO I”, ocorrido no âmbito do XXX Encontro Nacional do CONPEDI, realizado entre os dias 15 e 17 de novembro de 2023 em Fortaleza/CE, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI e que teve como temática central “Acesso à Justiça, Soluções de Litígios e Desenvolvimento”.

Os trabalhos expostos e debatidos abordaram de forma geral distintas temáticas atinentes DIREITO DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO I, relacionadas aos principais desafios que permeiam a relações laborais passando pelo meio ambiente do trabalho.

Marília Claudia Martins Vieira e Couto, Esther Sanches Pitaluga e Paulo Campanha Santana, com o trabalho “O USO DA GEOLOCALIZAÇÃO COMO MEIO DE PROVA PARA VERIFICAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TST E DO TRT 18” discorre sobre o uso da geolocalização como meio de prova no que tange a jornada de trabalho, trazendo à baila jurisprudência do TST e do TRT 18º, demonstrando a real evolução do direito do trabalho.

Lanna Maria Peixoto de Sousa, na sua pesquisa “DIREITO COMPARADO DO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DO BRASIL E ESTADOS UNIDOS”, lança luz sobre a organização sindical em uma perspectiva comparativa entre o direito brasileiro e norte-americano, tendo como principal foco realizar um substrato do papel dos sindicatos em ambos os países, no segundo artigo, falou sobre “O SINDICALISMO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL”, tendo como problemática o estudo das trabalhadoras domésticas.

Teresa Cristina Alves de Oliveira Viana e Conceição de Maria Abreu Queiroz, apresentaram o artigo intitulado “ESTATUTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DIREITO FUNDAMENTAL ÀS ADAPTAÇÕES RAZOÁVEIS, PRINCÍPIO DA NÃO-DISCRIMINAÇÃO E O SISTEMA DE COTAS DA LEI 8.213/1991”, que traz à discussão questões inerentes ao estatuto das pessoas com deficiência, bem como às adaptações, não-discriminação e ainda o sistema de cotas.

Ruan Patrick Teixeira da Costa, no trabalho “MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E A AUSÊNCIA DE NORMATIZAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS TRABALHADORES DE PLATAFORMAS DIGITAIS”, analisa a situação atual dos que laboram por meio de plataformas digitais, em especial motoristas de aplicativos de empresas uber, 99 pop e ifood.

Yann Diego Souza Timotheo de Almeida, trouxe à baila o trabalho intitulado MEIO AMBIENTE DO TRABALHO, SAÚDE MENTAL E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: A SAÚDE DO TRABALHADOR COMO DIREITO HUMANO” abordando a proteção da saúde mental do trabalhador no meio ambiente de trabalho pautada no princípio da dignidade humana enquanto vetor de proteção aos direitos humanos em todos os âmbitos, inclusive no que tange à proteção da saúde psíquica nos espaços de trabalho.

O texto de Ariolino Neres Sousa Junior, trouxe a temática da “MERCADO DE TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM FACE DO ESTATUTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: AVANÇOS OU RETROCESSOS?” aduz sobre o vigente cenário laboral das pessoas com deficiência com base na proteção legal do Estatuto das Pessoas com Deficiência e suas implicações jurídicas, ao mesmo tempo discutindo os dispositivos legais que foram criados ou revogados em prol da acessibilidade ao mercado de trabalho.

Marília Meorim Ferreira de Lucca e Castro, com o trabalho “O ETARISMO E SEUS IMPACTOS NO DIREITO AO TRABALHO DAS MULHERES”, discute a questão do envelhecimento da população devido à queda das taxas de natalidade e aumento da expectativa de vida e os impactos nas relações de trabalho.

Versalhes Enos Nunes Ferreira, Vanessa Rocha Ferreira e José Claudio Monteiro de Brito Filho se debruçaram sobre a “INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O TRABALHO HUMANO: A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO”, e apresentam no presente trabalho o modo como o mundo do trabalho vem sendo alterado em decorrência das inovações com o uso da inteligência artificial, ao ponto de tornar algumas tarefas humanas desnecessárias, na medida em que a automação de processos e a robótica passam a assumir as atividades, realizando-a com mais velocidade, eficácia e a um custo zero, gerando, com isso, riquezas sem precedentes.

Gilmar Bruno Ribeiro de Carvalho, Raimundo Barbosa de Matos Neto e Alexandre Helvécio Alcobaça da Silveira elucidaram sobre “O PRIMADO DO TRABALHO E O OBJETIVO

CONSTITUCIONAL DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA: COMPATIBILIDADES COM A AGENDA 2030”, oportunidade na qual falaram sobre como os preceitos constitucionais devem ser observados para viabilizar a erradicação da pobreza.

Arthur Bastos do Nascimento e Cristina Aguiar Ferreira da Silva têm como pesquisa a “OFENSA ESTRUTURAL AO DIREITO À DESCONEXÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARTICULAR NO BRASIL: UM OLHAR ALÉM DA SALA DE AULA”, onde descrevem as principais dificuldades dos educadores na educação básica.

Ana Carolina Nogueira Santos Cruz no artigo intitulado “OS IMPACTOS DA PANDEMIA NO BRASIL: OS REFLEXOS DAS MEDIDAS RESTRITIVAS IMPOSTAS PELO PODER PÚBLICO NO ÂMBITO TRABALHISTA”, no qual aduz sobre as consequências das restrições impostas pelo Poder Público durante a pandemia no âmbito trabalhista.

Maria Soledade Soares Cruzes no artigo “RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDOS EXTRAJUDICIAIS COM QUITAÇÃO PLENA: ESTUDO DE CASOS JULGADOS PELO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO”, faz estudo de casos julgados pelo TSE, nos quais ocorreu homologação de acordos extrajudiciais com quitação plena.

Flávio Bento e Marcia Hiromi Cavalcanti com o trabalho “REFORMA DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: ENTRE AS PROMESSAS E AS REAIS REPERCUSSÕES” apurou a realidade de opiniões repetidamente negativas sobre a Lei n. 13.467, seja pelas “falsas” motivações da reforma, seja pelo seu conteúdo.

Isabela da Silva e Maria Hemília Fonseca, no artigo “TRABALHADORES SOB DEMANDA EM PLATAFORMAS DIGITAIS: ENTRE A AUTONOMIA E A PRECARIZAÇÃO DE DIREITOS” na qual analisam a fronteira entre a autonomia e a precarização de direitos dos trabalhadores sob demanda em plataformas digitais, a partir da figura do Microempreendedor Individual.

Ana Virgínia Porto de Freitas, Milena Kevly de Castro Oliveira e Guilherme de Freitas Rodrigues trouxeram a pesquisa “TRABALHO COORDENADO POR PLATAFORMAS DIGITAIS: POR UM REDIMENSIONAMENTO DO CONCEITO DE (PARA) SUBORDINAÇÃO” onde trabalham sobre o redimensionamento do conceito jurídico de subordinação, em decorrência de novos modelos de trabalho surgidos a partir da reestruturação produtiva, abordando-se a necessária adaptação do Direito do Trabalho às emergentes realidades sociais.

Priscilla Maria Santana Macedo Vasques e Isaac Rodrigues Cunha no artigo “TRABALHO, LIBERDADE E DIGNIDADE DOS ESCRAVIZADOS MODERNOS: DA RELEVÂNCIA CRIMINAL À TUTELA DOS DIREITOS TRABALHISTAS DAS VÍTIMAS DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO” examinam a escravidão contemporânea a partir da perspectiva do direito penal e trabalhista, analisando dados sobre o trabalho escravo no Brasil e como tem se dado o enfrentamento da matéria.

Francilei Maria Contente Pinheiro no texto intitulado “TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO: UMA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE ECONÔMICA E DA DESIGUALDADE SOCIAL NA EXPLORAÇÃO” faz uma análise da mudança de paradigma no tratamento do tráfico de pessoas a partir do Protocolo de Palermo (2000), que incluiu no atual conceito de tráfico de pessoas a submissão de outrem ao trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou à remoção de órgãos, bem como, da alteração do Código Penal Brasileiro que por meio do artigo 149-A, incluiu as novas condutas.

Eudes Vitor Bezerra e Claudia Maria da Silva Bezerra, apresentaram o artigo intitulado “A TECNOLOGIA E AS RELAÇÕES TRABALHISTAS: UBER E OS NOVOS PARADIGMAS NA ESTRUTURA LABORATIVA”, trazendo à tona a importância das transformações laborais na atualidade, bem como o debate sobre as relações de trabalho advindas do uso dos aplicativos, em especial da UBER.

Considerando todas essas relevantes temáticas, não pode ser outro senão o sentimento de satisfação que nós coordenadores temos ao apresentar a presente obra. É necessário, igualmente, agradecer aos pesquisadores que estiveram envolvidos tanto na confecção dos artigos quanto nos excelentes debates proporcionados neste Grupo de Trabalho. Por fim, fica o reconhecimento ao CONPEDI pela organização e realização de mais um relevante evento internacional.

A expectativa é de que esta obra possa contribuir com a compreensão dos problemas do cenário contemporâneo, com a esperança de que as leituras dessas pesquisas ajudem na reflexão do atual caminhar do DIREITO DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO I.

Adriene Oliveira Nunes

Eudes Vitor Bezerra

Vanessa Rocha Ferreira

**TRABALHO, LIBERDADE E DIGNIDADE DOS ESCRAVIZADOS MODERNOS:
DA RELEVÂNCIA CRIMINAL À TUTELA DOS DIREITOS TRABALHISTAS DAS
VÍTIMAS DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO**

**WORK, FREEDOM AND DIGNITY OF MODERN SLAVES: FROM CRIMINAL
RELEVANCE TO THE PROTECTION OF LABOR RIGHTS OF VICTIMS OF
REDUCTION TO CONDITIONS ANALOGOUS TO SLAVES**

Priscilla Maria Santana Macedo Vasques ¹
Isaac Rodrigues Cunha ²

Resumo

A presente pesquisa objetiva examinar a escravidão contemporânea a partir da perspectiva do direito penal e trabalhista, analisando dados sobre o trabalho escravo no Brasil e como tem se dado o enfrentamento da matéria. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, inicialmente, buscou-se compreender os conceitos relacionados ao trabalho escravo e ao escravismo moderno no Brasil. Em seguida, passou-se a analisar a disciplina dada a matéria no âmbito do Direito Penal, avaliando o enfrentamento da questão a partir da penalização de quem submete o trabalhador ao trabalho análogo à escravidão. Por fim, foram analisados dados do Ministério do Trabalho escravo no Brasil e o enfrentamento da questão em âmbito trabalhista, partindo da perspectiva de proteção do trabalhador. Concluiu-se que o trabalho em condição análoga à de escravo no Brasil contemporâneo é um problema complexo, que exige uma abordagem multifacetada. A perspectiva meramente punitivista mostra-se insuficiente, sendo necessária, também, a tutela do trabalhador e de seus direitos em âmbito trabalhista. Para sua completa erradicação, portanto, é necessário um fortalecimento da legislação, da fiscalização, da penalização, da conscientização e, também, das políticas públicas inclusivas.

Palavras-chave: Trabalho escravo, Dignidade da pessoa humana, Proteção, Fiscalização, Crime

Abstract/Resumen/Résumé

This research aims to examine contemporary slavery from the perspective of criminal and labor law, analyzing data on slave labor in Brazil and how the issue has been addressed. Initially, through bibliographic and documentary research, we sought to understand the concepts related to slave labor and modern slavery in Brazil. Next, we began to analyze the discipline given to the matter within the scope of Criminal Law, evaluating how to address

¹ Mestra e graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza. Professora Universitária do Centro Universitário Christus, do Centro Universitário Farias Brito e do Centro Universitário Maurício de Nassau. E-mail: priscillasantanamacedo@gmail.com

² Doutorando, mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Professor Universitário do Centro Universitário Maurício de Nassau e do Centro Universitário Christus. E-mail: isaac.rodrigues.cunha@gmail.com.

the issue based on the penalization of those who subject the worker to work analogous to slavery. Finally, data from the Ministry of Slave Labor in Brazil and how the issue was addressed in the labor sphere were analyzed, starting from the perspective of worker protection. It was concluded that working in conditions similar to slavery in contemporary Brazil is a complex problem, which requires a multifaceted approach. The merely punitive perspective proves to be insufficient, and the protection of workers and their rights in the labor sphere is also necessary. For its complete eradication, therefore, it is necessary to strengthen legislation, supervision, penalties, awareness and, also, inclusive public policies.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Slavery, Dignity of human person, Protection, Oversight, Crime

1 INTRODUÇÃO

O instituto da escravidão é tão antigo quanto a existência das sociedades humanas, remontando, inclusive, à fase Pré-Histórica. Inobstante já tenha sido proibido em todo o globo, é comum a divulgação de notícias sobre o resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão nos mais diversos setores e regiões, e as estatísticas sobre o tema são alarmantes. Trata-se da tradicional escravidão, mas revestida por novas características.

Em vez das tradicionais amarras, o trabalhador é seduzido por falsas promessas de melhoria de vida, ou mesmo, por pura necessidade, sujeitando-se a condições de trabalho degradantes ou tendo, muitas vezes, cerceado o seu direito de ir e vir. Em qualquer dos casos, verificam-se violados os seus direitos fundamentais e a sua dignidade enquanto pessoa humana.

Surgem, portanto, os seguintes questionamentos: em que consiste a escravidão e o que a diferencia da escravidão contemporânea? Qual o tratamento dado pelo direito penal à matéria? Qual é o panorama atual sobre a escravidão no Brasil e como tem sido enfrentada essa temática no âmbito trabalhista?

O estudo permanente do trabalho escravo contemporâneo tem notória relevância, uma vez que se faz necessária a compreensão de suas características e dos fatores que estimulam, viabilizam e impulsionam sua prática, para que sejam pensadas soluções voltadas à sua definitiva erradicação.

Pretende-se, com a presente pesquisa, portanto, examinar a escravidão contemporânea a partir da perspectiva do direito penal e trabalhista, analisando dados sobre o trabalho escravo no Brasil e como tem se dado o enfrentamento da matéria. No que diz respeito aos aspectos metodológicos, a presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa, descritiva e exploratória, quanto aos objetivos; bibliográfica e documental, quanto ao tipo; e pura, quanto ao manejo dos resultados.

Por meio de pesquisa teórica e a partir de estudo descritivo-analítico, o presente trabalho divide-se em três seções. A primeira, busca compreender os conceitos relacionados ao trabalho escravo e ao escravismo moderno no Brasil. A segunda analisa a disciplina da matéria no âmbito do Direito Penal, avaliando o enfrentamento da questão a partir da penalização de quem submete o trabalhador ao trabalho análogo à escravidão. Por fim, a terceira, analisa dados do Ministério do Trabalho sobre o trabalho escravo no Brasil e o enfrentamento da questão em âmbito trabalhista, partindo da perspectiva de proteção do trabalhador.

2 ESCRAVIDÃO, ESCRAVISMO, TRABALHO ESCRAVO E REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

A importância dos conceitos, sobretudo de conceitos basilares, fundamentais, é salutar para qualquer ciência. Essa relevância se avulta ainda mais quando um conceito importa na disciplina jurídica de determinada realidade, isto é, quando o Direito cria, trazendo do mundo dos fatos para si, um instituto, um instrumento, uma hipótese de incidência da norma etc. É o que ocorre, igualmente, com a tipificação de uma conduta como crime ou infração administrativa.

Nesse sentido, verifica-se que tais conceitos importam ainda mais quando deles decorrem uma sanção, uma punição, ou melhor, o devido reproche a ser conferido pelo Estado, na tutela de direitos e interesses. Cumpre, pois, analisar os conceitos, especialmente, os conceitos legais (definidos em lei) no tratamento do combate ao escravismo moderno, e isto não apenas no cenário em que cabe o Estado, no exercício de seu poder punitivo, do assim chamado Direito Penal Subjetivo (*Ius Puniendi*), punir os autores de determinado crime.

Sem prejuízo das sanções criminais que o problema reclama, cabe ao Direito do Trabalho, enquanto disciplina autônoma, tutelar os direitos daquele agente além do bem juridicamente pelo tutelado Direito Penal – a liberdade –, a fim de que se obtenha uma resposta Estatal além da responsabilização criminal. Isso porque os direitos dos trabalhadores vítimas são igualmente relevantes. Passe-se, pois, à análise dos conceitos de escravidão, escravismo, trabalho escravo e redução à condição análoga à de escravo.

O trabalho escravo no Brasil teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI, quando os portugueses traziam os negros africanos da África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos no Nordeste, sendo utilizado também em diversos outros setores e regiões, como na extração de pedras preciosas em minas de ouro, na região de Minas Gerais e na produção de café, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em razão de diversos fatores, em especial de ordem econômica, os negros traficados da África passaram a compor a mão de obra basilar da economia colonial (Marquese, 2006, p. 119).

Assim, o escravismo, este entendido como o sistema econômico, social e político que sustenta a prática da escravidão, albergando as instituições, normas e estruturas sociais que permitem a propriedade lícita de escravos, foi, durante anos, a base do sistema produtivo. Nesse contexto tradicional, a escravidão era definida como “o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual os atributos do direito de propriedade ou de alguns deles sejam exercidos”. Esse

conceito, que estava expresso na Convenção sobre a Abolição da Escravidão da Sociedade das Nações, de 1926, se refere apenas à escravidão clássica, ou seja, aquela em que um ser humano se torna propriedade de outro (Estiarte, 2013, p. 310).

Em setembro de 1850, a Lei nº 584, de iniciativa de Euzébio de Queiróz, proibiu a atividade lucrativa do tráfico negreiro e deu o primeiro passo em um gradual caminho para a libertação dos escravos, que se deu com a Lei nº 3.353, em 13 de maio de 1988, assinada pela princesa Isabel. A Lei aboliu a escravidão no Brasil, proibindo a exploração do trabalhador em razão de cor, raça ou etnia (Sento-Sé, 2000, p. 39).

A partir de então, surgiram as formas de trabalho subordinado, por conta alheia, mediante o pagamento de salário. Em tese, com a abolição da escravidão, o homem deixaria de ser patrimônio do seu senhor, para desenvolver, na condição de liberto, alguma atividade profissional no mercado, provendo para si. Na realidade, contudo, muitos dos então escravos, sem qualquer tipo de qualificação profissional e condição financeira, não tinham escolha senão ter que se submeter a trabalhar para os próprios senhores, em condições precárias.

Essa situação, embora com diferentes contornos, perdura até os dias atuais. Sabe-se que, mesmo depois de um século de vigência da Lei que aboliu a escravidão, ainda existem trabalhadores desempenhando atividades em situações análogas as de escravo. De acordo com Rodrigo Garcia Schwarz (2008, p. 124), no Brasil, a transição do modo de produção baseado no escravismo para o modo de produção baseado no trabalho livre não foi efetiva. Destaca o autor que:

As demandas atuais por maior flexibilidade na contratação do trabalho estão relacionadas à cultura de superexploração fixada no país a partir do escravismo, e, em casos radicais, culminam na reedição do próprio escravismo, o que é revelado nas formas contemporâneas da escravidão no Brasil.

Tem-se, portanto, na atualidade, uma escravidão com novas vestes, que é denominada pela doutrina de trabalho escravo contemporâneo ou trabalho em condições análogas à de escravo. Para fins de definição acerca do que é o trabalho escravo na contemporaneidade, importante destacar as Convenções 29 e 95, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A primeira, que trata da eliminação do trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas, estabelece, no art. 2º, 1, como conceito de trabalho forçado ou obrigatório “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente”. A segunda, faz constar a obrigação de pagamento regular de salário e proíbe sistemas de pagamento que privem o trabalhador da real possibilidade de deixar o emprego.

O trabalho em condições análogas à de escravo, ou trabalho escravo contemporâneo, portanto, pode ser conceituado como “o exercício do trabalho humano em que há restrição, em qualquer forma, à liberdade do trabalhador, e/ou quando não são respeitados os direitos mínimos para o resguardo da dignidade do trabalhador” (Brito Filho, 2004, p. 86).

Para Jairo Lins de Albuquerque Sento-Sé (2001, p. 16) a prática abrange o trabalho em que o empregado é submetido, pelo empregador, a constrangimento físico e moral, bem como, a trabalhar em condições degradantes.

As condições degradantes, por sua vez, englobam uma série de práticas e condições de trabalho, que vão desde as más condições do meio ambiente em que o empregado irá desenvolver a sua atividade laboral, muitas vezes colocando em risco a sua saúde e integridade, até a proibição de resilir o vínculo empregatício conforme o seu próprio entendimento, o que compromete o próprio consentimento necessário à celebração do vínculo empregatício.

Como se observa, tem-se uma ofensa não somente à liberdade do trabalho e aos direitos trabalhistas, mas também à própria dignidade da pessoa humana, na medida em que o trabalhador é reduzido à condição de “peça” do processo produtivo, uma mercadoria descartável, tendo violada a sua dignidade, para além dos direitos trabalhistas. As tradicionais amarras foram substituídas por novos mecanismos de controle - violência, grave ameaça, retenção de documentos, dívidas com o empregador e outras.

Inobstante a impossibilidade jurídica de se exercer o direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, ou seja, a impossibilidade de se possuir um escravo lícitamente, persistem situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seu empregador, sujeitando-o a trabalhos forçados e degradantes, sendo essa, na perspectiva do direito laboral, uma prática contrária ao trabalho decente.

Tais, pois, são os conceitos de “escavidão”, “escravismo”, “trabalho escravo” e “redução à condição análoga à de escravo” a que se pode chegar, por meio deste necessariamente breve resgate.

O que interessa, agora, desta sorte, é verificar como o Direito, especialmente o Direito Penal e o Direito do Trabalho, tem tratado a questão, considerando, por um lado, a tutela não da liberdade em sentido amplo – protegida em diversos tipos penais –, mas da liberdade de autoafirmação enquanto sujeito de direitos, livre para trabalhar com o que quiser, para viver como quiser e para ser o que quiser.

3 O TRATAMENTO CRIMINAL DA MATÉRIA: DA INVISIBILIDADE DOS EX-ESCRAVIZADOS AO DELITO DE “REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA DE ESCRAVO” (ART. 149 DO CÓDIGO PENAL)

Foi na redação original do Código Penal de 1940, em seu 149, a primeira experiência legislativa em que se criminalizou a conduta de reduzir alguém, após a abolição do escravismo, a condição análoga. Em verdade, ineficaz seria um resgate mais antigo – anterior a 1940 – do tratamento criminal da questão no Brasil, por meio de um inócuo um “regresso ao infinito”, querendo voltar até o Código de Hamurábi, como repreende Luciano Oliveira (2004), porque desnecessário ao presente trabalho (se não à maioria das pesquisas jurídicas).

Isso porque, bem depois das famigeradas ordenações Afonsinas (1500-1512), Manuelinas (1512-1569), passando pelo Código de D. Sebastião (1569-1603) e pelas Ordenações Filipinas (1603-1830), é possível constatar uma quase total invisibilidade da situação dos ex-escravizados para a República surgida em 1889, ainda mais para o Império que os escravizou, o quanto pôde, até 1888, com o advento da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, a famigerada “Lei Áurea”.

Em verdade, no Código Criminal do Império de 1830, cabia ao escravizado, então mero objeto, coisificado, titular de direito algum, figurar apenas como *res* (coisa), *res private* (coisa privada), *res in judicium deducta* (coisa debatida em juízo) etc., não sendo sujeito, mas objeto de direitos. A subjetividade do escravizado era levada em conta tão-somente na diferenciação desde, por ser escravizado, como réu, na forma do art. 60 do CC de 1930, conferindo-lhe a infame pena de açoites que não era aplicada nos homens brancos e livres.¹ O referido dispositivo só foi revogado em 1886.²

Em verdade, somente às vésperas da Abolição foi revogada também a Lei n. 4 de 10 de junho de 1835, a qual disciplinava “as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou commetterem outra qualquer offensa physica contra seus senhores”

¹ “Art. 60. Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condemnado na de açoites, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar.” (Brasil, 1830). O parágrafo único do referido dispositivo assinalava, porém, um limite de 50 (cinquenta) açoites/chibatadas por dia, isto é, uma pena de 200 (duzentas) chibatadas, por exemplo, deveria ser cumprida não num único dia, mas em 4 (quatro). Longe de representar qualquer humanização do destinatário da pena – a recobrar o kafkiano Prisioneiro (sem nome) de *A Colônia Penal* –, este limite importava mais numa conservação/preservação do bem/recurso que representava o escravizado. No mesmo Código, constava antes, ainda na Parte Geral, excludente de ilicitude específica – “crime justificável” - para o caso do dono de escravo que utilizasse, por exemplo, de violência para disciplinar seu escravizado, conforme o art. 14, 6º, do Código Criminal do Império (Brasil, 1830).

² Lei n. 3.310, de 3.310, de 1886.

(Brasil, 1835), tendo a pena capital, por meio de execução pública na forca, seu principal instrumento de repressão.³ O problema não residia, porém, apenas no tratamento dispensado ao negro legalmente escravizado, mas igualmente no que ocorria com relação à escravidão ilegal e ao sequestro de negros libertos, traficados e vendidos como escravizados, especialmente depois da abolição do escravismo uruguaio em 1842, ou ainda para suprir a repentina demanda dos escravocratas produtores de açúcar, café, algodão etc. quando da “abertura” do mercado britânico, em 1846, com a revogação das protecionistas “Leis dos Cereais”.

Não alcança, pois, o presente estudo a gama de incongruências do tratamento jurídico dispensado aos escravizados no período imperial, especialmente porque o próprio escravismo foi elemento essencial, pedra fundamental do Império, sustentando-o – econômica, política e socialmente - até o fim. Mas o que surgiu com a recém-proclamada República (1889), surgida logo após a Abolição (1888)? Houve, de fato, proteção – no caso, por parte do Direito Penal – à liberdade daqueles ex-escravizados ou de outros homens e mulheres, livres desde sempre ou recém-libertos, por meio de um crime específico?

Em verdade, não. Isso porque o primeiro Código Penal republicano, promulgado pelo Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890, em seu capítulo dedicados aos assim chamados “crimes contra a liberdade pessoal” (arts. 179 e seguintes) não fazia qualquer menção a trabalhos forçados. Ao contrário, é certo dizer que os próprios ex-escravizados, recém-libertos em 1888, em muito temiam seu destino na República surgida, receando mesmo voltarem ao *status quo ante* de escravizados.

Os crimes então previstos cuidavam tão-somente da liberdade de crença e ideologia política (art. 179), de autodeterminação (art. 180), de locomoção (arts. 181, 182 e 183) e consciência (art. 184), equivalendo a crimes ainda hoje previstos (respectivamente, nos arts. 208, 146, 148 e 147, todos do Código Penal). Não se tutelava, então, a liberdade daquele que fosse capturado, tornado cativo para trabalhar. Já o capítulo dos crimes contra a liberdade do trabalho (arts. 204 e seguintes do CP de 1890), tratava tão-somente de condutas hoje alcançadas pelo título dos crimes contra a organização do trabalho (arts. 197 do CPB atual).

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO

Art. 204. Constranger, ou impedir alguém de exercer a sua industria, commercio ou officio; de abrir ou fechar os seus estabelecimentos e officinas de trabalho ou negocio; de trabalhar ou deixar de trabalhar em certos e determinados dias:

Pena - de prisão cellullar por um a três mezes.

³ “Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem.” (Brasil, 1835).

Art. 205. Seduzir, ou alliciar, operários e trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa, ou ameaça de algum mal:

Penas - de prisão celular por um a três meses e multa de 200\$ a 500\$000.

Art. 206. Causar, ou provocar, cessação ou suspensão de trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário:

Pena - de prisão celular por um a três meses.

§ 1º Si para esse fim se colligarem os interessados:

Pena - aos chefes ou cabeças da colligação, de prisão celular por dois a seis meses.

§ 2º Si usarem de violencia:

Pena - de prisão celular por seis meses a um anno, além das mais em que incorrerem pela violencia.

Verifica-se, pois, que os crimes do capítulo em questão protegiam mais o livre funcionamento dos locais onde trabalhavam os operários, obreiros, industriários etc., do que os trabalhadores em si, caso viessem a ser capturados e postos em cativeiro para, forçadamente, trabalharem. O primeiro diploma penal republicano não silente, porém, quanto à questão do trabalho, uma vez que previa uma porção de crimes contra quem não tivesse trabalho, contra os mendigos, contra os vadios.

O Código Penal de 1890 conferiu, em verdade, tratamento criminal não na defesa, mas em detrimento dos egressos daquele sistema escravista recém-abolido, como se pode perceber na mencionada criminalização dos mendigos (conforme arts. 391 e seguintes), isto tendo sido, de fato, a mendicância o destino de diversos negros libertos. À mesma maneira ocorreu, de forma mais acentuada e, inegavelmente, racista, na criminalização dos assim chamados capoeiras, conforme art. 402 do CP de 1890:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão celular por dois a seis meses. (Brasil, 1890, *on-line*).

Nada se alterou, nesse sentido, desde a redação original de 1890. Na assim chamada “Compilação de Piragibe”, conforme Decreto n. 22.213, de 14 de dezembro de 1932, não consta qualquer diploma alterador que criminalizasse conduta parecida com a que se tem hoje em torno da redução à condição análoga à de escravo. Foi somente, de fato e de direito, no Código Penal de 1940, na redação original do art. 149, que o tratamento criminal da matéria sobreveio, com a criminalização da conduta de quem reduzisse “alguém a condição análoga à de escravo”, delito então punido com pena de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos. (BRASIL, 1940).

Nada, igualmente, se alterou, nas décadas subsequentes, tendo ocorrido tão-somente a frustrada tentativa de um novo Código Penal promulgado em 1969⁴, substancialmente

⁴ Decreto-Lei Nº 1004, de 21 de outubro de 1969.

modificado em 1973⁵ e revogado em 1978⁶, tudo isso durante sua *vacatio legis* repetidas vezes prorrogada: o Código de 1969 foi revogado antes de entrar vigor. A tímida redação original do art. 149 só viria a ser modificada (ampliada) mais de 60 (sessenta) anos depois, em 2003, com a Lei 10.803, de 11 de dezembro daquele ano.

Somente com o referido diploma alterador foi que houve (i) ampliação das condutas hoje criminalizadas como redução à condição análoga à de escravo; (ii) previsão de tipos equiparados, punidos com as mesmas penas; (iii) assimilação da pena relativa à violência empregada para reduzir as vítima a tais condições; além da (iv) previsão de causas de aumento de pena (majorante de metade da pena) caso o agente pratique tais crimes (v) contra crianças e adolescentes ou (vi) por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Dessa feita, a atual redação do art. 149 do Código Penal Brasileiro considera crime de “redução à condição análoga à de escravo” a conduta de quem “[r]eduzir alguém a condição análoga à de escravo”, seja submetendo a vítima a (i) “trabalhos forçados”, modalidade mais próxima do escravismo “clássico”; (ii) “jornada exaustiva”, ou (iii) “condições degradantes de trabalho”. O *caput* do mesmo dispositivo criminaliza igualmente aquele que o faz “restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (Brasil, 1940).

A pena cominada é relevante, especialmente se comparada à de outros crimes que compõem o mesmo Capítulo (constrangimento ilegal, ameaça, perseguição, sofrimento psicológico à mulher), no caso, reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, multa cumulativa, além da(s) pena(s) correspondente à violência. Nas mesmas penas incorrem os agentes que (i) cerceiam o uso de qualquer meio de transporte por parte das vítimas visando mantê-las no local de trabalho; (ii) mantêm vigilância ostensiva no local de trabalho; e (iii) apoderam-se de documentos ou objetos pessoais das vítimas, visando retê-las no local (§ 1º, I e II).

Merece maior destaque, porém, ao presente estudo a alteração provocada, em 2003, no inciso II do § 2º do mesmo art. 149, fazendo constar a causa de aumento de pena o crime de redução à condição análoga à de escravo – punido ainda com pena de 2 (dois) a 8 (oito) anos (não houve aumento em 2003) – para o agente que praticar tal crime “por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem”. O referido crime, todavia, ainda que de inegável relação com o racismo, não foi alcançado pela recente Lei n. 14.532/2023.

⁵ Lei Nº 6.016, de 31 de dezembro de 1973.

⁶ Lei Nº 6.5778, de 11 de outubro de 1978.

Cumpra assinalar, porém, que, fora da disciplina criminal da matéria, em campo mais afeito ao Direito Constitucional do Trabalho, o Brasil conta já com 10 (dez) anos de vigência da Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013, a “PEC das Domésticas”. A referida EC alterou a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal de 1988, estabelecendo, finalmente, a igualdade de direitos trabalhistas entre os/as trabalhadores/as domésticos/as e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

Às trabalhadoras domésticas foram então assegurados os direitos ao salário mínimo, à irredutibilidade deste, inclusive para os que percebem remuneração variável (incisos IV, VI e VII do art. 7º); décimo-terceiro (VIII); proteção contra a retenção de salário (X); jornada máxima (XIII) e repouso semanal remunerado (XV); hora extra (XVI); férias (XVII); licença-maternidade (XVIII); licença-paternidade (XIX); aviso prévio (XXI); redução dos riscos (XXII); aposentadoria (XXIV); reconhecimento de convenções e acordos coletivos (XXVI); igualdade salarial (XXX); proteção contra a discriminação e trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito (XXXI e XXIII). (Brasil, 1988).

A redação do parágrafo único incluído no art. 7º da CF/88 pela EC n. 72/2013 garantiu ainda aos trabalhadores domésticos, uma vez atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, a previdência social e os seguintes direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais em geral:

- I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
- II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- III - fundo de garantia do tempo de serviço; [...]
- IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; [...]
- XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; [...]
- XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

Percebe-se, pois, preocupação do Legislador Constitucional em conferir maior proteção aos trabalhadores domésticos, vítimas do talvez mais eufemizado resquício da escravidão tradicional brasileira: a realidade do quarto da empregada nos fundos da casa; do elevador de serviço; da doméstica que dorme no trabalho, com uma jornada tripla a serviço de seu senhor. Assim, o Direito Constitucional e o Direito do Trabalho tutelam tais indivíduos numa perspectiva que supera o mero punitivismo, a aplicação de uma pena de prisão ao agente – que não restituirá os direitos e a dignidade do escravizado.

Cumpra, pois, analisar agora qual a atual dimensão que o trabalho escravo moderno encontra no Direito Trabalhista brasileiro, especialmente na visão dos tribunais superiores, notadamente o Superior Tribunal de Justiça – STJ e o Tribunal Superior do Trabalho – TST, sendo igualmente relevante angariar dados estatísticos, especialmente do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e do Ministério Público do Trabalho – MPT. É neste vasto campo que se efetiva a proteção dos trabalhadores – percebidos como tais, e não apenas como vítimas, como sujeitos passivos do crime de redução à condição análoga à de escravo.

4 TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL EM NÚMEROS E NA PERSPECTIVA TRABALHISTA

Compreendidos os conceitos básicos relacionados ao trabalho em condições análogas à da escravidão e a tipificação penal da matéria, que visa penalizar aqueles que submetem trabalhadores ao trabalho em condições análogas à da escravidão, passa-se a analisar a realidade do trabalho escravo no Brasil a partir da perspectiva trabalhista, de proteção dos direitos dos trabalhadores.

Desse modo, busca-se traçar um panorama do trabalho escravo no Brasil, a partir da análise dos dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e analisar a compreensão e o enfrentamento da matéria a partir da perspectiva trabalhista.

4.1 Dados do Ministério do Trabalho sobre Trabalho Escravo em 2023

A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério do Trabalho e Previdência social, lançou em 2021 um novo painel do “Radar SIT”, plataforma de divulgação de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil, que conta com dados sobre autos de infração lavrados, saúde e segurança no trabalho e combate ao trabalho escravo, dentre outros, atualizados já no corrente ano.

De acordo com os dados divulgados no Radar SIT, desde 1995, um total de 61.711 trabalhadores em condições análogas à de escravo foram encontrados pela inspeção do trabalho. Esse número é representado, em sua maioria, por trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo rural, que totalizam 55.429 trabalhadores em contraste aos 6.282 trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo urbano. É possível inferir, a partir desses dados,

que o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, em sua maioria, está diretamente relacionado à questão agrária.

Nesse sentido, Eduardo Girardi e outros (2014, p. 2) destacam que essa relação é refletida a partir de dois pontos principais. O primeiro representado pelo fato de que esse crime ocorre predominantemente em área rural e, o segundo, porque a própria causa estrutural do problema está intrinsecamente ligada à questão agrária, notadamente “a pobreza dos trabalhadores de origem rural (sem terra ou desintegrados), como mostra o estudo da OIT⁷, e o poder político econômico e mentalidade feudal dos fazendeiros que empregam a prática”.

Ao analisar a estatística por municípios, tem-se que no tocante ao trabalho escravo rural, o município com mais autos de infração lavrados em todos os anos foi o de São Félix do Xingu, contando com 1.410 autos de infração ao longo dos anos. Na sequência, acompanhando os municípios de Açailândia, Marabá, Rondon do Pará, Novo Repartimento, Itupiranga, João Pinheiro e Pacajá.

A distinção quantitativa de autos de infração do primeiro para o segundo colocado, na análise, é notória, contando Açailândia com 852 autos de infração. Ademais, merece destaque o fato de que das oito primeiras posições nessa análise quantitativa, seis delas estão ocupadas por municípios do estado do Pará, o que demonstra forte concentração de trabalho análogo à condição de escravidão na região.

Essa concentração maior no estado do Pará pode ser decorrente da forte produção de carvão vegetal, que leva a uma maior demanda por trabalhadores braçais (Girardi *et al*, 2014, p. 11). Soma-se a isso o fato de que a fiscalização das condições de trabalho na produção de carvão é precária, sendo, na maioria das vezes, a atividade desenvolvida de modo ilegal, o que leva à precariedade das relações estabelecidas com os trabalhadores (Monteiro; Silva; Amaral, 2005, p. 7).

Quanto ao trabalho escravo urbano, o *ranking* é liderado por São Paulo, que conta com 1.095 autos de infração, seguido de Conceição do Mato Dentro, com 821 e, em sequência, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Salvador, Fortaleza e Brasília. Em Fortaleza, consta o registro de 192 autos de infração ao longo de todo o período. Diverso do trabalho escravo rural, o trabalho escravo urbano tende a se concentrar, no geral, em grandes centros urbanos.

⁷ Os autores se referem à pesquisa da Organização Internacional do Trabalho realizada em 2011, com os trabalhadores libertados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Na pesquisa, os trabalhadores foram questionados sobre qual seria a possível solução para seus problemas e, dentre as causas apontadas, as principais relacionam-se à questão agrária (ter terra para plantar, ter um emprego rural registrado etc.).

Verificando-se que, das oito primeiras posições da lista, sete são ocupadas por capitais brasileiras.

Ao considerar cumulativamente o trabalho escravo rural e urbano, São Félix do Xingu e São Paulo acumulam, respectivamente, 1.410 e 1.382 autos de infração, ficando a terceira posição da lista com Açailândia, que conta com 852 autos de infração.

Quando considerada a naturalidade dos trabalhadores encontrados em condições análogas a da escravidão, é possível verificar que são provenientes de todo o território nacional. No entanto, a concentração principal mostra que esses trabalhadores nasceram nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará (Girardi *et al*, 2014, p. 6).

No que diz respeito às atividades especificamente consideradas, é possível verificar que ocorre principalmente em companhias siderúrgicas, carvoarias, mineradoras, madeireiras, usinas de álcool e açúcar, destilarias, empresas de colonização, garimpos, fazendas etc. (Girardi *et al* 2014, p. 10). Evidencia-se, portanto, uma predominância do emprego da mão de obra em condição análoga a da escravidão em atividades braçais.

Os dados sobre o trabalho em condições análogas a de escravidão no Brasil são alarmantes e não se distinguem muito do cenário internacional. Embora seja combatido em toda a ordem internacional, representando uma das principais preocupações da OIT, é possível verificar a persistência do trabalho em condições análogas a de escravo, que é favorecido principalmente pelas práticas migratórias e pelas desigualdades econômicas (Muçouçah, 2016, p. 120-121).

Ainda que alarmantes, sabe-se que os dados refletem apenas uma parcela do problema. Inobstante os esforços de estimar-se um quantitativo de trabalhadores inseridos nesse contexto, sabe-se que é impossível de se determinar uma estatística precisa, uma vez que essa atividade é ilegal, como visto, e, portanto, clandestina.

4.2 Práticas Características do Trabalho Escravo Contemporâneo

Renato Muçouçah (2016, p. 124) explica que a forma mais elementar de trabalho forçado, que se verificou também no Brasil em casos não tão recorrentes, é a escravidão pura e simples, que se caracteriza pelo “sequestro de pessoas para trabalharem obrigatoriamente em favor de outrem”. A forma mais comum, no entanto, trata-se da prática denominada de “escravidão por dívidas”, que consiste em estabelecer empecilhos à liberdade do trabalhador em razão de dívidas que foi forçado a contrair para exercer o trabalho.

Nesse contexto, Ronaldo Lima dos Santos (2003, p. 55), destaca o aspecto da regionalidade em casos de escravidão por dívidas. Muitas vezes, os trabalhadores de determinadas regiões, são aliciados a migrarem para outras regiões, sob promessas de melhorias de condição de vida, melhores trabalhos e salários e submetidos, na migração, a contratar dívidas de transporte, equipamentos de trabalho, moradia e alimentação.

As dívidas contraídas pelo trabalhador, cujo pagamento é exigido, não raramente, sob ameaça de penalidades – inclusive de morte –, dá ensejo ao cerceamento de sua liberdade e à chamada “escravidão por dívidas”. O trabalhador resta impossibilitado de arcar com os elevados valores, que se renovam a cada mês, e, sob constantes ameaças, que violam sua integridade física ou psicológica, permanecem trabalhando forçadamente em prol do trabalhador.

Além dessa estratégia, também é comum a coação exercida por proprietários de oficinas de costuras em grandes centros urbanos, de trabalhadores latinos pobres – normalmente bolivianos e paraguaios – que imigram irregularmente para o Brasil por não encontrar oportunidades e condições de subsistência em seus países de origem. Nesse cenário, os empregadores apropriam-se dos documentos dos trabalhadores e ameaçam denunciá-los a autoridade para serem expulsos do país (Santos, 2003, p. 55).

O Ministério do Trabalho, no art. 2º da Portaria nº 1.293, editada em 28 de dezembro de 2017, elencava, além do conceito de trabalho forçado que remete ao conceito já destacado da OIT. Essa portaria foi revogada pela Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021, que manteve, contudo, dispositivos análogos, nos artigos 207 e seguintes, visando objetivar a análise dos casos concretos e a configuração do trabalho em condições análogas à escravidão.

Assim, de acordo com a Portaria nº 671, de 2021, enquadra-se nesse conceito o trabalhador que seja submetido, de modo isolado ou conjuntamente, às práticas dispostas no art. 207 e conceituadas no art. 208. A primeira delas é a sujeição a trabalhos forçados, que pode ser compreendida como a exigência de trabalho sob ameaça de sanção física ou psicológica, sem que tenha existido uma manifestação volitiva e espontânea por parte do trabalhador nesse sentido.

Também é considerada para este fim a sujeição do trabalhador a jornadas exaustivas, que por sua extensão ou intensidade viole direito fundamental do trabalhador relacionado à segurança, à saúde, ao descanso e ao convívio familiar e social; bem como, a sujeição do trabalhador à condição degradante de trabalho, que negue a sua dignidade humana pela violação

de seus direitos fundamentais, em especial no tocante à proteção de sua saúde e segurança e da higiene no local de trabalho.

A jornada exaustiva pode ser compreendida como aquela que pode levar o trabalhador a desenvolver sérios problemas de saúde, exaurindo suas forças físicas ou psíquicas e conduzindo-o ao esgotamento completo. Assim, não é levado em consideração apenas o tempo de trabalho, mas também as condições em si. Desse modo, determinados trabalhos, embora observem a jornada de trabalho legal, podem levar à exaustão o trabalhador em razão de outras condições. É o caso do trabalho braçal desenvolvido no campo, sob o sol, sem proteção, como o realizado no corte de cana-de-açúcar, por exemplo. Essa hipótese, portanto, deve ser analisada a partir do caso concreto (Muçouh, 2016, p. 131).

O TST, contudo, tem se limitado, na maioria dos casos, a considerar o critério quantitativo quando do enquadramento de jornadas como exaustivas, levando em conta apenas o número de horas trabalhadas pelo obreiro (Miraglia, 2020, p. 135). Essa posição, demasiadamente conservadora, acaba por ignorar todos os outros aspectos que podem levar o trabalhador à exaustão, mesmo que observado o limite legal da jornada de trabalho.

As condições degradantes, por sua vez, podem ser compreendidas de múltiplas formas. A partir da própria falta de liberdade característica dessa forma de trabalho, do exercício do poder diretivo de modo exacerbado, dos salários aviltantes, dos descontos salariais impertinentes, bem como, das próprias condições de higiene e salubridade do local de trabalho. Seria, resumidamente, a condição de trabalho que fere a dignidade do trabalhador enquanto pessoa humana, quer em decorrência das condições de higiene e segurança do trabalho, quer em decorrência das jornadas extenuantes ou de um “salário de fome” (Viana, 2006, p. 224).

Além dessas hipóteses, as restrições de locomoção decorrentes de dívidas contraídas com o empregador e a retenção do trabalhador no local de trabalho, também se mostram como práticas caracterizadoras do trabalho em condições análogas à da escravidão, por limitarem o direito de ir e vir do trabalhador, bem como, o direito de encerrar a prestação do trabalho.

Destaque-se que a retenção do trabalhador no local de trabalho pode se configurar com o cerceamento do uso de meios de transporte, com a vigilância ostensiva do local de trabalho, seja de forma direta ou indireta, e com o apoderamento de documentos ou objetos pessoais do trabalhador com o objetivo de impedi-lo de se ausentar do trabalho.

4.3 O Enfrentamento do Trabalho Escravo na Perspectiva Trabalhista

A proteção trabalhista encontra respaldo na própria Constituição Federal, que estabelece a proteção à dignidade da pessoa humana e aos direitos básicos dos trabalhadores, bem como, na Consolidação das Leis Trabalhistas, que regulamenta tais direitos juntamente com a legislação complementar. O trabalho análogo à escravidão fere valores constitucionais como a cidadania, a dignidade, os valores sociais do trabalho, a própria dignidade da pessoa humana, dentre outros.

O enfrentamento do trabalho escravo no Brasil exige um esforço integrado das instituições. O Relatório Global da OIT de 2005, intitulado “Uma aliança contra o trabalho forçado”, já destacava o Brasil pelos esforços governamentais e não-governamentais voltados para a erradicação de todos os tipos de trabalho forçado. As novas formas de escravidão exigem respostas enérgicas, criativas e contundentes.

Uma importante iniciativa nessa luta, representando um dos principais instrumentos da política pública de combate ao trabalho escravo, foi o lançamento do cadastro de empregadores, conhecido como “lista suja”. Márcio Viana (2006, p. 215) explica que a “lista suja” utiliza elementos característicos da própria globalização e possuem maior potencial de efetividade inclusive quando comparada às normas penais, por abrir espaço para ações de diferentes atores a partir da sua ampla repercussão.

A publicidade dessa “lista suja”, com as empresas envolvidas em casos de trabalho escravo, não é propriamente uma punição, mas enseja importante efeito de propiciar o conhecimento dessa informação pelos interessados direitos e pelo povo em geral, passando a gerar um certo controle. A exposição, que pode alcançar parâmetros midiáticos, acaba produzindo efeitos paralelos, como o incentivo ao consumo solidário por parte do público e das empresas, que não desejam compactuar com esse tipo de prática (Viana, 2006, p. 232).

A ação do Ministério Público do Trabalho também representa importante elemento no combate ao trabalho escravo, em especial quanto ao recebimento de denúncias, investigações e às ações coletivas ajuizadas em favor dos trabalhadores e na defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Esse trabalho é desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho a partir de suas coordenadorias, que definem planos de ação voltados à erradicação do trabalho escravo. É o caso, por exemplo, da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (CODEMAT), da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE) e da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Emprego (CONAFRET).

No que diz respeito ao enfrentamento da questão pela Justiça do Trabalho, os processos decorrentes de trabalhadores em situações análogas à de escravidão, além de reconhecerem, por óbvio, os direitos trabalhistas não observados e condenarem as empresas no pagamento respectivo, tendem a condená-las, também, a pagar indenizações por dano moral aos trabalhadores. Trata-se de papel relevante e decisivo, voltado não somente à punição do ofensor, mas à proteção e à compensação do prejuízo sofrido pelo trabalhador.

Sobre as verbas trabalhistas, o “Radar SIT” destaca que em decorrência da atuação da inspeção do trabalho e da identificação de trabalhadores em condições análogas à de escravo, foram formalizados no curso da ação fiscal 52.952 trabalhadores, sendo emitidas 41.587 guias de seguro-desemprego sendo garantidos aos respectivos trabalhadores o montante total de R\$ 141.524.471,87 em verbas trabalhistas.

Livia Miraglia (2020, p. 131) destacou que, embora haja recorrente condenação dos empregadores no pagamento de indenizações por danos morais individuais ou coletivos pelo TST, dano este que é considerado presumido (*in re ipsa*), este se mostra “conservador no que tange ao reconhecimento expresso da existência de trabalho em condições análogas à escravidão o que, de certa forma, colabora para mascarar a ocorrência da prática no país”.

A maior parte das decisões sobre a matéria no âmbito do TST não faz menção ao art. 149, do Código Penal, já analisado em tópico anterior. O TST, limita-se a mencionar a ofensa aos princípios constitucionais como fundamento para o deferimento de pleitos indenizatórios, quer individuais, quer coletivos, em decorrência das práticas de sujeição dos trabalhadores a trabalho em condições análogas à escravidão (Miraglia, 2020, p. 130).

Apesar de todos os esforços registrados, são muitas as dificuldades que permeiam a luta pela erradicação dos trabalhos forçados. Estas que vão desde à expressiva desigualdade socioeconômica às fragilidades da inspeção do trabalho, que não conseguem fiscalizar de modo adequado todas as atividades e regiões, e, à postura conservadora do Judiciário em frente a determinadas questões.

Outro ponto problemático é que embora as políticas de combate ao trabalho escravo sejam uma realidade no Brasil desde 1995, estas voltam-se normalmente à sua repressão, existindo uma lacuna no tocante às práticas preventivas voltadas a evitar a sujeição de trabalhadores ao trabalho em condições análogas a de escravo.

5 CONCLUSÕES

Inobstante a proibição global da sujeição de trabalhadores à escravidão, prática que fere diretamente o princípio da dignidade da pessoa humana, sabe-se que hodiernamente continuam eclodindo casos de resgate de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão. A escravidão contemporânea, como é denominada pela doutrina, é um problema urgente, cujos números são alarmantes, mesmo sem traduzir a realidade de forma plena, ante aos inúmeros casos não identificados.

Com efeito, verifica-se que, pela própria tradição escravocrata brasileira, iniciada desde a escravização dos nativos, dos indígenas, culminando em vários séculos de escravismo de pessoas negras oriundas da África, em muito tardo até que a conduta chegasse a ser efetivamente criminalizada. Em verdade, mesmo após a Abolição, as vítimas daquele sistema escravista encontravam mais tipos penais que os perseguiam do que protegiam – como era o caso dos crimes de mendicância, vadiagem e capoeiragem no Código Criminal de 1890.

Foi somente com o Código de 1940, atualmente vigente, que surgiu, no atual art. 149 o crime de “redução a condição análoga à de escravo”, no capítulo dos crimes, justamente, contra a liberdade. Referido tipo passaria várias décadas sem qualquer alteração, qualquer recrudescimento, chegando tão-somente em 2003 a receber causa de aumento de pena (majorante) relativa à sua motivação (por preconceito de raça, cor, origem etc.) ou porque praticado contra criança ou adolescente.

Verificou-se no presente trabalho, porém, que, além do longo caminho até que o Direito Penal cuidasse da questão, a insuficiência de uma perspectiva meramente punitivista, isto é, de subsunção do fato (criminoso) à norma (pena) e nada mais. Isso porque a proteção aos bens jurídicos de que são titulares as vítimas do crime do art. 149 do CPB é abstrata, até por conta da função “meramente” preventiva e retributiva da pena (art. 59 do CP). Foi com o Direito Constitucional do Trabalho e com o Direito do Trabalho em si que as vítimas galgaram proteção além do mero caso de polícia.

O enfrentamento do trabalho em condições análogas à escravidão na perspectiva trabalhista dá-se, portanto, por diferentes e complementares formas – desde a legislação pertinente, passando pelas políticas de combate às práticas de trabalhos forçados, como é o caso da implementação das “listas sujas”, por exemplo, até à atividade de inspeção trabalhista.

Merece destaque, outrossim o importante papel desempenhado pelo Ministério Público do Trabalho, no atendimento e investigação de denúncias, bem como, no ajuizamento de ações coletivas; e, também, da Justiça do Trabalho, lidando com o problema de modo mais

direto e próximo, garantindo o reconhecimento dos direitos desses trabalhadores e a reparação dos prejuízos eventualmente sofridos.

O trabalho em condição análoga à de escravo no Brasil contemporâneo é um problema persistente e complexo, de causa multifatorial, que envolve questões como a discriminação, as desigualdades, as políticas migratórias e as dificuldades de fiscalização e punição de conduta. Exige, portanto, uma abordagem multifacetada e um comprometimento do Estado, da sociedade civil e do setor privado.

Inobstante o progresso tenha sido significativo nas últimas décadas, para a completa erradicação do trabalho escravo contemporâneo há muito a ser feito. É necessário fortalecer a fiscalização e penalização das práticas, bem como, promover a conscientização sobre os direitos dos trabalhadores. Não se pode olvidar, ainda, das políticas públicas inclusivas, que enfrentem as desigualdades sociais e econômicas que alimentam a exploração laboral.

Por fim, além da punição dos responsáveis, é necessário e fundamental assegurar o apoio às vítimas de trabalho escravo, fornecendo-lhes assistência e proteção necessárias à sua reintegração à sociedade e ao mercado de trabalho, até mesmo para evitar que voltem a ser submetidos àquela mesma situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro: Coleção das Leis da República do Brasil, 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2848, de 7 de Dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013**. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para [...] Brasília: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Rio de Janeiro: Coleção das Leis do Império do Brasil, 1830. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4 de 10 de junho de 1835**. Determina as penas com que devem ser punidos os escravos [...]. Rio de Janeiro: Coleção das Leis do Império do Brasil, 1835. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. SUBSECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT). **Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 25 set. 2023.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Trabalho decente**: Análise jurídica da exploração do trabalho - trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno. São Paulo, LTr, 2004.

ESTIARTE, Carolina Villacampa. La moderna esclavitud y su relevancia jurídico-penal. **Revista de derecho penal y criminología**, v. 3, n. 10, jul. 2013, p. 293-342.

GIRARDI, Eduardo Paulon; MELLO-THÉRY, Nely Aparecida de; THÉRY, Hervé; HATO, Julio. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. **Revista brasileira de geografia econômica**, n. 4, v. 2, p. 1-27, 2014.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, Rio de Janeiro, n. 74, v. 1, p. 107-123, 2006.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; SILVA, Regiane Paracampo da; AMARAL, Mayka Danielle Brito Amaral. Desmatamento na Amazônia brasileira: desocultando o papel da produção de carvão vegetal nas mudanças espaciais recentes. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária / II Simpósio Internacional de Geografia Agrária / Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2005, Presidente Prudente. **Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária / II Simpósio Internacional de Geografia Agrária / Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira**. Presidente Prudente: Unesp, 2005.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. O trabalho escravo na perspectiva do Tribunal Superior do Trabalho. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 77, v. 1, p. 125-144, jul./dez., 2020.

MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. A efetividade da tutela trabalhista na repressão ao trabalho escravo contemporâneo. **Revista Direito e Liberdade**, v. 18, n. 2, p. 113-150, mai./ago., 2016.

OLIVEIRA, Luciano. Não fale do código de Hamurábi! A pesquisa sociojurídica na pós-graduação em Direito. In: OLIVEIRA, Luciano. **Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de Sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004, p. 137-167.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão no Império do Brasil: 1826-1865**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SANTOS, Ronaldo Lima dos. A escravidão por Dívidas nas Relações de Trabalho no Brasil Contemporâneo. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, ano XIII, n. 26, p. 47-66, 2003.

SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. **Trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: LTr, 2000.

SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. **Trabalho escravo no Brasil na atualidade**. São Paulo: LTr, 2001.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo: a abolição necessária**. São paulo: LTr, 2008.

VIANA, Márcio Túlio. Trabalho escravo e “lista suja”: um modo original de se remover uma mancha. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região**, v. 29, n. 29, jan./dez., 2016.